



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

CONFLITOS, ZONA DE SACRIFÍCIO E RESISTÊNCIA NA ILHA DA MADEIRA

Patrícia de Oliveira Plácido – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
profpatricia.placido@gmail.com

Nelson Mendes Cordeiro – Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
nelson.cordeiro@cefet-rj.br

Elza Maria Vieira Neffa de Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGMA/UERJ
elzaneffa@gmail.com

Resumo

A Ilha da Madeira, localizada na Baía de Sepetiba, em Itaguaí/RJ, constitui um caso emblemático de zona de sacrifício no contexto dos megaprojetos brasileiros. Este artigo analisa os conflitos socioambientais emergentes a partir da instalação de empreendimentos portuários e industriais (Porto Sudeste, Usiminas e Estaleiro Naval) e suas implicações para os pescadores artesanais locais. Utilizando as lentes teóricas da Ecologia Política e da Justiça Ambiental, o estudo examina as estratégias de resistência desenvolvidas pelos pescadores artesanais frente ao processo de desterritorialização e degradação ambiental. A pesquisa baseia-se em entrevistas com pescadores, análise documental e dados sobre impactos ambientais na Baía de Sepetiba. Os resultados revelam a configuração de uma zona de sacrifício caracterizada pela distribuição desigual dos riscos ambientais, criminalização dos pescadores, e estratégias diversificadas de resistência coletiva. O estudo contribui para o debate sobre grandes projetos, violação de direitos socioambientais e formas de resistência no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Zona de sacrifício; Megaprojetos; Resistência; Pescadores artesanais; Justiça ambiental.

DESTAQUES:

- A Ilha da Madeira constitui zona de sacrifício com cinco crises ambientais afetando os pescadores artesanais em seus modos de vida e reduzindo 90% da biodiversidade marinha.
- Comunidades pesqueiras desenvolveram “resistência criativa subalterna” através de diversificação produtiva e articulação institucional para garantir direitos territoriais.
- Megaprojetos empregam discursos de sustentabilidade para legitimar práticas predatórias, fragmentando licenciamentos e criminalizando comunidades.

- O caso evidencia injustiça ambiental através da distribuição desigual de riscos industriais sobre populações vulnerabilizadas.

1. INTRODUÇÃO

Os megaprojetos de desenvolvimento têm produzido transformações territoriais profundas no Brasil, resultando na criação de zonas de sacrifício onde populações vulneráveis arcam desproporcionalmente com os custos ambientais do crescimento econômico. A Ilha da Madeira, localizada na Baía de Sepetiba, no município de Itaguaí/RJ, representa um caso típico dessas dinâmicas, onde a instalação sucessiva de empreendimentos industriais e portuários tem gerado conflitos socioambientais intensos com comunidades da pesca tradicional¹.

Desde a década de 1960, a região experimentou ondas de industrialização que produziram cinco grandes crises ambientais: *i*) primeira, com a Companhia Mercantil e Industrial Ingá (1966-1998), deixou um passivo de 3,5 milhões de toneladas de rejeitos tóxicos. *ii*) a segunda, com a ampliação do Porto de Itaguaí (1999-2009), intensificou o assoreamento da baía; *iii*) a terceira e quarta crises emergiram simultaneamente a partir de 2009, com a instalação do Porto Sudeste e do Estaleiro de Base Naval da Marinha e, *iv*) a quinta, com a instalação das termelétricas flutuantes.

A inclusão de termelétricas flutuantes na Ilha da Madeira consolida o modelo de zona de sacrifício ao adicionar uma nova camada de impactos socioambientais a um território já sobrecarregado por décadas de industrialização predatória. Essas unidades, movidas a combustíveis fósseis, geram emissões atmosféricas tóxicas (como NO_x e SO₂) e efluentes térmicos que elevam a temperatura das águas da Baía de Sepetiba, agravando a degradação ecológica acumulada.

Compreendemos que tais dinâmicas de especialização da região seguem a lógica perversa de injustiça ambiental descrita por Acselrad (2004), em que riscos são estrategicamente alocados em áreas de baixa renda, onde populações vulneráveis - como pescadores artesanais - têm menor capacidade de resistência política. A instalação das termelétricas reforça ainda a "chantagem locacional" (Acselrad; Bezerra, 2009), na qual o Estado e empresas justificam novos empreendimentos com promessas de empregos e

¹ é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB)¹ menor ou igual a 20. (art. 8º, inciso I, "a", da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011)

desenvolvimento, enquanto na prática aprofundam a exclusão territorial e a contaminação, repetindo o padrão observado na Ingá, Porto Sudeste e Estaleiro Naval.

Assim, essas transformações, inseridas na lógica neodesenvolvimentista, prometiam crescimento econômico e desenvolvimento local, mas produziram e continuam produzindo externalidades negativas concentradas sobre os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, que no ano de 1999, uma média de 4500 pescadores estavam cadastrados nas nove entidades pesqueiras que atuam em diversos locais da baía (Silva Sá, 1999), mas, esse número reduziu-se significativamente, em mais de 50%, e que atualmente, só na Ilha da Madeira, atuam apenas cerca de 180 pescadores cadastrados, segundo relatos de pescadores militantes na Baía de Sepetiba.

Este artigo analisa como a configuração histórica de uma zona de sacrifício na Ilha da Madeira gerou estratégias diversificadas de resistência por parte dos pescadores artesanais, que enfrentam redução drástica da produção pesqueira, criminalização de suas atividades tradicionais e ameaças à reprodução de seus modos de vida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de zona de sacrifício refere-se a áreas sistematicamente escolhidas para receber empreendimentos de alto impacto ambiental, geralmente habitadas por populações de baixa renda e grupos marginalizados (Acselrad, 2004). No Brasil, esse conceito tem sido aplicado para analisar a distribuição espacialmente desigual dos riscos ambientais decorrentes de grandes projetos de desenvolvimento, traduzindo verdadeiras injustiças ambientais que se manifestam-se através da exposição desproporcional das populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais aos riscos ambientais. Assim, todo esse processo é facilitado pela "chantagem locacional" das empresas (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009), que impõem às localidades a escolha entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Os grandes projetos inserem-se na lógica do neoextrativismo, caracterizado pela intensificação da extração de recursos naturais para exportação, produzindo contradições evidentes com os discursos de sustentabilidade, na medida em que perpetua formas predatórias de apropriação da natureza (Gudynas, 2012). Notadamente, as estratégias de dominação empregadas nesse modelo neoextrativista, incluem fragmentação dos licenciamentos ambientais, audiências públicas com participação limitada, cooptação do poder público local e criminalização de comunidades tradicionais; conforme Harvey (2004) caracteriza de "lógica capitalista de poder" que se articula territorialmente.

A Ecologia Política oferece ferramentas analíticas fundamentais para compreender os conflitos ambientais como expressão de relações assimétricas de poder (Martinez-Alier, 2007). As estratégias de resistência desenvolvidas por comunidades afetadas assumem múltiplas formas, desde mobilizações coletivas até práticas cotidianas de afirmação territorial. Santos (2016) propõe o conceito de "resistência criativa subalterna" para caracterizar as práticas de comunidades que, em situação de inferioridade na ordem social, desenvolvem táticas inovadoras de sobrevivência e manutenção de suas identidades territoriais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa enquanto estudo de caso, adota uma abordagem qualitativa, combinando trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Foram realizadas entrevistas com cinco pescadores artesanais representantes das associações Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e Associação de Pescadores Artesanais (APESCA), além de moradores locais e uma turista que frequenta a região há quatro décadas. A análise dos conflitos seguiu a metodologia proposta por Leite e Monié (2014), identificando os atores envolvidos. A análise dos conflitos aplicou a metodologia de Leite e Monié (2014), identificando: *i*) atores nas esferas decisória (Estado/empresas), legitimação (discursos técnicos) e contestação (pescadores); *ii*) dinâmicas espaço-temporais; *iii*) tipologia, duração e intensidade das manifestações, revelando assimetrias de poder e injustiça ambiental (Acsehrad, 2004; Martínez-Alier, 2007)

Complementarmente, foram analisados documentos técnicos, estudos de impacto ambiental, relatórios de órgãos ambientais e publicações acadêmicas sobre a região. Os dados foram organizados segundo as categorias analíticas da Ecologia Política e da Justiça Ambiental, considerando as narrativas dos pescadores sobre os processos de resistência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A configuração histórica da Zona de Sacrifício

A Companhia Mercantil e Industrial Ingá instalou-se na Ilha da Madeira em 1966 para produção de zinco e cádmio e durante 32 anos, despejou rejeitos sólidos e efluentes diretamente no solo e na Baía de Sepetiba, acumulando 3,5 milhões de toneladas de resíduos tóxicos contendo zinco, cádmio, chumbo e mercúrio. Os pescadores denunciaram sistematicamente os

impactos durante duas décadas, relatando mortandades de peixes e contaminação das águas. Um pescador entrevistado recordou: "toda vez que chovia vazava aquele minério para a água e tinha aquela mortandade de peixes". Em 1996, o rompimento de diques de contenção causou vazamento de 15 milhões de litros de água contaminada na Baía de Sepetiba.

A empresa faliu em 1998 sem pagar dívidas trabalhistas nem custear a descontaminação. Em 2005, seus ex-diretores foram condenados por crime ambiental. O terreno foi arrematado pela Usiminas em 2008 por R\$ 72 milhões, que assumiu a responsabilidade pela descontaminação através do método de encapsulamento geotécnico, confinando 1,2 milhão de m³ de rejeitos no subsolo.

A ampliação do Porto de Itaguaí, facilitada pela Lei dos Portos de 1993, intensificou o processo de assoreamento e reduziu significativamente as áreas de pesca. A instalação simultânea do Porto Sudeste e do Estaleiro de Base Naval da Marinha a partir de 2009 promoveu a maior transformação territorial da região. Ressaltamos que nesse processo de instalação do Porto Sudeste realizaram diversas explosões para abertura de túneis, desterritorializando centenas de famílias, o que introduziu uma nova fase de contaminação sistemática das águas por derramamento de minério de ferro.

Um pescador relatou sobre as explosões: "Essas explosões para abertura do túnel tinham quebrado casa do pessoal, muro, a explosão foi acima do permitido, quebrou vidro e tudo, quebrou vidro da igreja, as pedras voaram cerca de uns quatrocentos metros de distância do túnel." Em paralelo, a implantação do Estaleiro Naval através de decreto de desapropriação de 2013 declarou grande parte das terras da Ilha da Madeira como de utilidade pública, criando insegurança jurídica permanente para os moradores.

5. Estratégias de resistência e conflitos socioambientais

Frente à redução drástica da produção pesqueira, os pescadores desenvolveram estratégias de "resistência criativa subalterna", adaptando suas atividades ao transporte turístico para as ilhas da região., o que compreendemos ser uma diversificada forma de manutenção da identidade territorial. Um representante da APLIM explicou: "A quantidade de peixe caiu, e nós fizemos adaptação para virar turismo. Porque era complemento do que era pesca, que antigamente turismo era só sábado e domingo, então a gente pescava de segunda a sexta-feira e sábado e domingo fazia esse turismo."

Neste contexto de crescente inconformidade com as transformações do território, os pescadores organizaram diversas formas de protesto e mobilização, incluindo manifestações de rua, fechamento de rodovias e bloqueio de canais de navegação. Um pescador relatou: "fecharam a rua, fecharam rodovias, fecharam canal de navio com protesto, fomos levados à delegacia para prestar depoimento, ganhamos multa por causa disso." Também promoveram pressão direta sobre as empresas através de protestos nas sedes dos empreendimentos. O representante da APESCA destacou: "fizemos vários protestos em frente ao portão deles, na época nós nem sabia que nós tínhamos direito a compensação. Aí fomos pra frente do portão deles fechamos e aí começou a negociação."

Em 2010, com apoio do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), um grupo de pescadores viajou para a Alemanha para manifestar-se na sede da ThyssenKrupp, empresa controladora da então TKCSA (atualmente Ternium Brasil), demonstrando capacidade de articulação internacional, escalando os conflitos locais em escala global, conectando as lutas dos pescadores às redes transnacionais de resistência.

Recentemente, os pescadores articularam-se com o Ministério Público Federal, IBAMA, INEA e outros órgãos para exigir a demarcação de áreas exclusivas para pesca artesanal. Um representante da APLIM relatou:

A secretaria de pesca agora articulou junto com o Ministério Público de Angra e do Rio, mais INEA, IBAMA, Ministério da Pesca para organizar a situação da pesca aqui dentro da baía. Antes nós não tínhamos o poder de sentar numa mesa com eles para conversar, dialogar ou reclamar, hoje a gente está podendo sentar.

Um outro conflito surgiu com o Instituto Boto Cinza exemplificando as estratégias de resistência à criminalização; pois os pescadores contestam as narrativas que os responsabilizam pela mortandade de cetáceos (Boto Cinza): "O Instituto Boto Cinza alega que os pescadores estão matando os botos, mas os pescadores e os botos sempre viveram em harmonia. A época que mais vi boto morto foi na época da explosão do Porto Sudeste." Essa criminalização representa uma estratégia sofisticada de transferência de responsabilidades ambientais das empresas para as comunidades tradicionais.

Os pescadores também desenvolveram parcerias com pesquisadores universitários, movimentos ambientalistas e organizações da sociedade civil. Participaram de pesquisas acadêmicas e da produção do documentário "Território de Sacrifício ao deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira", que visibilizou seus conflitos. Como resposta às demandas conflituosas no território, a Marinha como retaliação (na opinião dos locais) promoveu alterações na

classificação profissional dos pescadores, forçando-os a trocar carteiras de pescador por carteiras de marinheiro para exercer atividades turísticas. Um representante da APLIM denunciou: "Hoje o pescador só tem uma carteira, então um lado ou outro ele vai ter que andar ilegal. Então à força, praticamente dominaram a gente." Essa estratégia reduziu artificialmente o número de pescadores registrados, enfraquecendo sua representatividade política diante dos conflitos que ganharam notoriedade local, nacional e internacional.

Portanto, convém afirmarmos que a ontologia defendida por Lukács (2010) do ser social a partir do trabalho é fundamental para a compreensão dos conflitos territoriais na Ilha da Madeira, cujas manifestações centram-se na defesa das atividades produtivas tradicionais dos pescadores (Plácido, 2017).

6. Impactos ambientais e violação de direitos

Os impactos ambientais documentados incluem redução de 90% da biodiversidade marinha, contaminação por metais pesados, assoreamento acelerado da baía, poluição atmosférica por material particulado, e extinção local de espécies como tainha, anchova e sardinha. O derramamento contínuo de minério de ferro pelo Porto Sudeste contamina as águas da baía. Um pescador relatou: "toda vez que está encostado ali, navio carregando minério, tem uma névoa de poeira caindo direto. Você vê isso aqui carregado de uma película preta, manchando a água."

A desterritorialização afetou centenas de famílias através de processos de indenização marcados por assimetrias de poder, uma vez que o processo gerou tensões na comunidade local, com valores pagos variando significativamente entre propriedades similares. O caso evidencia estratégias sofisticadas de desregulação ambiental, incluindo fragmentação dos licenciamentos para evitar avaliação cumulativa de impactos, audiências públicas com participação limitada, e operação de empresas sem licenças definitivas através de Termos de Ajuste de Conduta (TACs).

Um representante da APLIM criticou: "você tem dez dias úteis para contestar uma situação que foge do seu conhecimento. Nenhum dos órgãos diz o quanto cada empresa polui individualmente ou qual a somatória de todas que já estão aqui." Podemos assim entender que, o poder público local foi sistematicamente cooptado pelas empresas. Um representante relatou: "toda vez que tem essas audiências a colocação da prefeitura é que a empresa vai dar cinco mil, dez mil empregos para a população. O prefeito disse: o que eu faço, eu ajudo a minoria que é o pescador, ou eu ajudo a maioria?"

Como forma de atualizarmos o contexto que caracteriza a Ilha da Madeira como zona de sacrifício, afirmamos que as termelétricas flutuantes intensificaram a crise socioambiental ao interagir sinergicamente com os passivos ambientais existentes na Baía de Sepetiba: os rejeitos de metais pesados da Ingá, o assoreamento do Porto de Itaguaí e a poluição por minério de ferro do Porto Sudeste criam um cenário de risco cumulativo que ameaça a sobrevivência das comunidades tradicionais e locais. Esse fato se justifica, pois a elevação da temperatura da água acelera a proliferação de florações de algas nocivas (FANs), já documentadas na Baía de Sepetiba (Domingos *et al.*, 2014; Lopes, 2013), inviabilizando a pesca e comprometendo a segurança alimentar. Paralelamente, as "zonas de exclusão" impostas ao redor das termelétricas restringem ainda mais o acesso aos escassos estoques pesqueiros, reproduzindo a lógica de expropriação simbólica e material que desestrutura modos de vida (Zhour; Laschefski, 2010).

Contudo, infelizmente, a resistência local - como os protestos contra o Porto Sudeste - tende a ser criminalizada ou cooptada por medidas compensatórias insuficientes, enquanto o Estado, atuando como "agente econômico legitimado" (Harvey, 2004), prioriza megaempreendimentos em detrimento de políticas de reparação. Nesse contexto, todos esses empreendimentos não apenas ampliam a carga de sacrifício, mas também simbolizam a perpetuação de um modelo de desenvolvimento que converte territórios tradicionais em enclaves de lucro e devastação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha da Madeira constitui um caso exemplar de zona de sacrifício configurada historicamente através de crises ambientais sucessivas. A análise revela como a articulação entre capital transnacional, Estado facilitador e comunidades locais em posição subalterna produz violações sistemáticas de direitos socioambientais. As estratégias de resistência desenvolvidas pelos pescadores artesanais demonstram notável diversidade e criatividade, incluindo diversificação produtiva, mobilizações coletivas, articulação institucional, contestação de narrativas hegemônicas e construção de redes de solidariedade.

Contudo, essas resistências operam em condições estruturalmente desiguais, enfrentando criminalização crescente e sofisticadas estratégias de dominação. O estudo evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam efetivamente os direitos territoriais das comunidades tradicionais e estabeleçam limites concretos à expansão predatória

de grandes projetos. A experiência da Ilha da Madeira oferece lições importantes sobre as contradições do modelo neoextrativista brasileiro e as possibilidades de resistência em contextos de extrema assimetria de poder.

A tensão entre desenvolvimento econômico e justiça ambiental permanece como desafio central, exigindo a construção de modelos alternativos que respeitem os direitos das comunidades tradicionais e os limites ecológicos dos territórios. As estratégias de resistência identificadas contribuem para esse debate, demonstrando que mesmo em condições adversas, as comunidades desenvolvem práticas criativas de afirmação territorial e defesa de seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A.; BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DOMINGOS, P.; MOSER, G.; MARINHO, M.; SAMPAIO, I.; COSTA, G.; TOLENTINO, H.; ARRUDA, R. Um projeto sobre Florações de algas nocivas (FANs) na Baía de Sepetiba discute o território pesqueiro. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/interag.2014.6883>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEITE, J.; MONIÉ, F. Conflitos socioterritoriais e dinâmicas escalares: método de análise e tipologia. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 19, n. 1104, 2014.

LOPES, V. **A pesca artesanal na Ilha da Madeira: transformações na organização social do trabalho**. Tese (Doutorado) - UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo: Contexto, 2007.

PLÁCIDO, P. de O. A Educação Ambiental (EA) em tempo de travessias: desenvolvimento, zonas de sacrifício e gestão ambiental pública em Itaguaí/RJ. 2017. 211 f. Tese (Doutorado) – Instituto Multidisciplinar, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, R. Resistência criativa subalterna: identidades e territorialidades em comunidades pesqueiras. **Revista de Geografia**, v. 33, n. 2, p. 45-62, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.